

PROCESSO DE VENDA DA EMBARCAÇÃO
"RIO LIMPO"

PROCESSO DE VENDA DA EMBARCAÇÃO
"RIO LIMPO"

PROCEDIMENTO

- I - ANÚNCIO
- II - CONDIÇÕES GERAIS
- III - CADERNO DE ENCARGOS

JANEIRO 2017

PROCESSO DE VENDA DA EMBARCAÇÃO
“RIO LIMPO”

- ÍNDICE GERAL -

- I - ANÚNCIO
- II - CONDIÇÕES GERAIS
- III - CADERNO DE ENCARGOS

I - ANÚNCIO

Faz-se público que, por deliberação do Conselho de Administração da APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., de 05 de janeiro de 2017, foi determinada a venda de uma embarcação denominada “Rio Limpo”, que se encontra parqueado no Porto Comercial da Figueira da Foz, devendo as propostas dar entrada em carta fechada, na sede da empresa, sita na Avenida de Espanha, Apartado 2007, 3081-901 Figueira da Foz, até às 17h00m do dia 18 de janeiro de 2017.

A referida embarcação consiste num pontão flutuante autopropulsionado, com motor de 62 HP, uma grua telescópica acoplada com capacidade de 6 toneladas e dois tanques de 27 m³ e 13,4 m³.

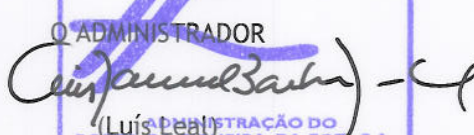
A abertura das propostas terá lugar na sede da APFF, S.A. às 11h00m do dia 19 de janeiro de 2017.

O Processo de Venda da Embarcação “Rio Limpo” do Porto da Figueira da Foz, que integra o presente Anúncio, as Condições Gerais e o Caderno de Encargos, encontra-se patente, durante as horas de expediente (das 9h30m às 12h30m e das 14h30 às 17h00m) e em todos os dias úteis, na sede da APFF, S.A.. Este pode ainda ser consultado diretamente no *website* da APFF, S.A. - www.portofigueiradafoz.pt.

São condições da venda:

- 1 - Preço mínimo de venda: 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros), que não inclui o IVA.
- 2 - O estado atual da embarcação pode ser verificado no Porto Comercial, no dia 12 de janeiro de 2017, das 14h00m às 16h00m, devendo os interessados remeter à APFF, S.A., para autorização de acesso e até ao dia anterior, a identificação dos participantes da visita (nome, n.º BI/CC), bem como a matrícula das viaturas em que se deslocarão.
- 3 - Apresentação pelos concorrentes de:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com a minuta constante do processo de venda da embarcação “Rio Limpo”;
 - b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com a minuta constante do referido processo de venda;
 - c) Número de identificação fiscal e, no caso de o concorrente ser pessoa coletiva, código de acesso à certidão permanente *on-line*.

Figueira da Foz, 06 de janeiro de 2017.

O ADMINISTRADOR

(Luís Leal)
ADMINISTRAÇÃO DO
PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ, S.A.

II - CONDIÇÕES GERAIS

- ÍNDICE -

- 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO**
 - 2. ENTIDADE ADJUDICANTE**
 - 3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**
 - 4. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO**
 - 5. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS**
 - 6. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**
 - 7. PRAZO DAS PROPOSTAS**
 - 8. ATO PÚBLICO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO**
 - 9. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO**
 - 10. PAGAMENTO DO PREÇO**
 - 11. CADUCIDADE DE ADJUDICAÇÃO**
 - 12. ADJUDICAÇÃO EM CASO DE RENÚNCIA À COMPRA OU CADUCIDADE**
 - 13. DESPESAS E ENCARGOS**
- ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS**
- ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**
- ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a venda de uma embarcação, parqueada no Porto Comercial da Figueira da Foz, pelo preço mínimo de **8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros e zero cêntimos)** valor que não inclui o IVA, nos termos previstos no Caderno de Encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., com sede na Av. de Espanha, Apartado 2007, 3081-901 Figueira da Foz, com o endereço eletrónico geral.apff@portofigueiradafoz.pt, o telefone 233 402 910, o telefax 233 402 920 e o NIPC 508805910.

3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

3.1 O Processo de Venda da Embarcação “Rio Limpo”, adiante designado por Processo de Venda, encontra-se disponível para consulta no *website* da APFF, S.A., através do endereço <http://www.portofigueiradafoz.pt>, bem como, na sede desta Administração, onde pode ser consultado, durante os dias úteis das 9h 30m às 12h 30m e das 14h 30m às 17h 00m, desde a data de publicação do respetivo Anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.2 Adicionalmente será facultada a possibilidade de verificar o estado atual da embarcação, no local onde se encontra parqueada, no dia 12 de janeiro de 2017, das 14h00m às 16h00m.

3.3 O Processo de Venda é constituído pelas seguintes peças do procedimento:

Vol. I - Anúncio;

Vol. II - Condições Gerais;

Vol. III - Caderno de Encargos.

3.4 Os proponentes obrigam-se a conhecer, além das presentes “Condições Gerais”, o “Anúncio” e o “Caderno de Encargos” que integram o Procedimento.

4. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

A APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., reserva-se o direito de não adjudicar a presente venda caso verifique que o proponente, cuja proposta oferece o preço mais elevado, apresenta algum dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei 278/2009, de 02

de Outubro e sucessivamente alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2010, de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

5. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- 5.1 As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
- a. Declaração do proponente, de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I, das Condições Gerais;
 - b. Proposta de preço conforme Modelo constante do Anexo I, das Condições Gerais;
 - c. Número de identificação fiscal e, no caso de o proponente ser pessoa coletiva, código de acesso à certidão permanente *on-line*.
- 5.2 A declaração e a proposta referidas no ponto anterior deverão ser assinadas pelo proponente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 5.3 Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em português.
- 5.4 O preço constante da proposta não incluirá o IVA e será indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência e para todos os efeitos, o preço indicado por extenso.

6. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os interessados deverão remeter a respetiva proposta à APFF, S.A., Av. de Espanha, Apartado 2007, 3081-901 Figueira da Foz, até às 17h00m do dia 18 de janeiro de 2017, em conjunto com os restantes documentos, em sobrescrito fechado, no rosto do qual deve constar a inscrição: “Processo de Venda da Embarcação Rio Limpo”.

7. PRAZO DAS PROPOSTAS

- 7.1 O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data do termo do prazo para a sua apresentação.
- 7.2 O prazo referido no número anterior considera-se sucessiva e automaticamente prorrogado se, até ao seu termo, os concorrentes não disserem nada em contrário.

8. ATO PÚBLICO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

- 8.1 A abertura das propostas realizar-se-á mediante ato público que decorrerá perante uma comissão de abertura e apreciação das propostas designada para o efeito, e terá lugar no local, data e hora mencionados no Anúncio do presente Procedimento.
- 8.2 Poderão intervir no ato público de abertura das propostas os proponentes ou seus representantes, devendo, no caso das pessoas singulares, exibir o respetivo Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão e, no caso das pessoas coletivas, exibir o(s) Bilhete(s) de Identidade(s)/Cartão de Cidadão do(s) respetivo(s) representante(s) e uma procuração ou credencial que lhe(s) confira poderes para o ato e da qual constem o(s) respetivo(s) nome(s) e o(s) número(s) do(s) referido(s) documento(s) de identificação pessoal.
- 8.3 A adjudicação será feita ao proponente cuja proposta constitua o maior valor económico.
- 8.4 Caso se verifique a apresentação de duas ou mais propostas com ofertas de igual montante, abre-se logo licitação entre os respetivos proponentes.
- 8.5 Estando presente só um dos proponentes do maior preço pode esse cobrir a proposta dos outros. Se nenhum deles estiver presente ou nenhum quiser cobrir a proposta dos outros, procede-se a sorteio para determinar a proposta que deve prevalecer.
- 8.6 As propostas, uma vez apresentadas, só podem ser retiradas se a sua abertura for adiada por mais de 60 dias depois do primeiro designado.
- 8.7 Imediatamente após abertura, ou depois de efetuada a licitação ou o sorteio a que houver lugar, são as propostas apreciadas pela comissão designada para o efeito.
- 8.8 Serão excluídas as propostas que apresentem valor inferior a 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros), valor que não inclui o IVA, bem como as propostas que não sejam constituídas por todos os documentos referidos nas alíneas a) a c) do número 5.1 supra.
- 8.9 As irregularidades relativas à abertura, licitação, sorteio, apreciação e aceitação das propostas só podem ser arguidas no próprio ato, mediante reclamação para a comissão designada para o efeito.
- 8.10 A comissão de abertura e apreciação das propostas decidirá de imediato, em sessão reservada, qualquer reclamação apresentada nos termos do número anterior.
- 8.11 Da deliberação da comissão que aprecie reclamação apresentada nos termos do número 8.9, caberá recurso para o Conselho de Administração da APFF, S.A., o qual decidirá no prazo de 10 dias úteis.
- 8.12 Terminada a abertura das propostas será elaborado um auto de abertura e aceitação das propostas, no qual se identificará, para além de outras ocorrências, a proposta aceite, o nome do respetivo proponente e o preço oferecido pela embarcação.

9. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

- 9.1 A adjudicação será notificada em simultâneo a todos os proponentes.
- 9.2 Juntamente com a comunicação prevista no número anterior, o adjudicatário será ainda notificado para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentar os seguintes documentos de habilitação:
- a. Declaração conforme modelo constante do Anexo III das Condições Gerais que delas faz parte integrante;
 - b. Documento comprovativo de não ter sido condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ou de entretanto ter ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, de não terem sido condenados por aqueles crimes os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, em efetividade de funções;
 - c. Documento comprovativo de ter a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - d. Documento comprovativo de ter a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - e. Documento comprovativo de não ter sido condenado(a) por sentença transitada em julgado pelos crimes de participação em atividades de uma organização criminosa, corrupção, fraude ou branqueamento de capitais ou de entretanto ter ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares. No caso de se tratar de pessoas coletivas, de não terem sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, em efetividade de funções ou de entretanto ter ocorrido a sua reabilitação.
- 9.3 Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou quando pela sua própria natureza ou origem estiverem redigidos em língua estrangeira, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 9.4 Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
- 9.5 Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos de habilitação cuja reprodução tenha sido apresentada, a entidade adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário que, em prazo fixado para o efeito, apresente os respetivos originais.

- 9.6 Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para o respetivo suprimento.

10. PAGAMENTO DO PREÇO

- 10.1 O(s) adjudicatário(s) fica(m) obrigado(s) a efetuar o pagamento do preço proposto para aquisição da embarcação ou equipamento que lhe tenha sido adjudicado nas seguintes condições:

- a) Entregar na Tesouraria da APFF, S.A., no dia da abertura e aceitação das propostas, 10% do preço, como sinal e princípio de pagamento do bem;
- b) Efetuar o pagamento à APFF, S.A., do remanescente do preço no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data referida na alínea a).

- 10.2 A falta de cumprimento, por parte do adjudicatário, de qualquer uma das obrigações previstas nas alíneas a) e b) do número anterior e nos números 9.2, 9.5 e 9.6 supra, equivale à renúncia à compra do bem e determina a perda a favor da APFF, S.A., do preço já pago.

11. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

12. ADJUDICAÇÃO EM CASO DE RENÚNCIA À COMPRA OU CADUCIDADE

Caso ocorra a renúncia à compra ou a caducidade da adjudicação, a APFF, S.A., reserva-se o direito de adjudicar a venda da embarcação ao proponente que ofereceu o preço ordenado em lugar subsequente.

13. DESPESAS E ENCARGOS

- 13.1 As despesas e os encargos inerentes à apresentação da proposta serão da responsabilidade dos proponentes.
- 13.2 Serão também da responsabilidade do adjudicatário as despesas de registo de propriedade do bem adquirido no âmbito deste Processo de Venda.

Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos e condições constantes do processo de venda da embarcação “Rio Limpo”, parqueado no Porto Comercial da Figueira da Foz declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga ao exato e pontual cumprimento dos aludidos termos e condições, relativamente aos quais declara aceitar, integralmente e sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) ;
- b) ;
- c) ;

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

3 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do concurso que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se a apresentar a declaração que constitui o anexo III do processo de venda da estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO, bem como os documentos comprovativos que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, equivale à renúncia à compra da embarcação “Rio Limpo” e determina a perda a favor da APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., do preço já pago.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto no ponto 5.1 das condições gerais do processo de venda.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Do concorrente ou do(s) representante(s) que tenha(m) poderes para o obrigar.

Anexo II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

_____, (nome completo) com morada _____, _____ (código postal) _____ (telefone), _____ (nº contribuinte fiscal), depois de ter tomado conhecimento do Processo de Venda da Embarcação “RIO LIMPO”, que se encontra parqueada no Porto Comercial da Figueira da Foz, propõe-se adquirir a referida embarcação, no estado em que se encontra, de harmonia com as condições estabelecidas no Procedimento pelo preço de00 €/ton (em numerário e por extenso).

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (se aplicável).

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data, _____

Assinatura _____

Anexo III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede), adjudicatário(a) da embarcação “RIO LIMPO” que se encontra parqueado no Porto Comercial da Figueira da Foz, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos que a sua representada (10) se encontra nas situações previstas nas alíneas b) a e) do ponto 9.2 das condições gerais do processo de venda da embarcação “RIO LIMPO”.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Do concorrente ou do(s) representante(s) que tenha(m) poderes para o obrigar.

**PROCESSO DE VENDA DA EMBARCAÇÃO
“RIO LIMPO”**

III - CADERNO DE ENCARGOS -

ÍNDICE

- 1. CARACTERÍSTICAS DA EMBARCAÇÃO**
- 2. LOCALIZAÇÃO**
- 3. CONDIÇÕES DE ENTREGA**
- 4. PRAZO PARA REMOÇÃO**
- 5. TRABALHOS A EXECUTAR**
- 6. FORO COMPETENTE**
- 7. CONTAGEM DOS PRAZOS**
- 8. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1. CARACTERÍSTICAS DA EMBARCAÇÃO

A referida embarcação RIO LIMPO, tipo pontão, registada com o conjunto de identificação FF-47-EST como auxiliar local, foi construída em 1993 e consiste num equipamento auto propulsivo constituído por:

- Pontão flutuante de 12,5 m de comprimento, 4 m de boca e 1,5 m de pontal, arqueação líquida de 11,42 t e arqueação bruta de 22,71 t;
- Motor “Deutz” de 62 HP e sistema de governo tipo SCHOTELL;
- Grua telescópica com capacidade de 6 t;
- Tanque de 27 m³;
- Tanque de 13,4 m³.

2. LOCALIZAÇÃO

A embarcação “RIO LIMPO” encontra-se parqueada no Porto Comercial da Figueira da Foz.

3. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 3.1 A embarcação será entregue ao adjudicatário no estado em que se encontrar, não havendo por parte da APFF, S.A. nenhuma intervenção antes da venda. A sua atual condição poderá ser verificada no local, nos termos definidos nas Condições Gerais.
- 3.2 A referida embarcação não pode ser removida ou intervencionada sem que o adjudicatário esteja devidamente habilitado e demonstre ter pago a totalidade do preço.
- 3.3 O adjudicatário será responsável por obter as autorizações necessárias à movimentação, remoção e transporte e utilização do bem que adquiriu, bem como por suportar os inerentes encargos e as despesas de registo de propriedade.
- 3.4 Quaisquer que sejam as dificuldades que sobrevenham na execução dos trabalhos, não será alterado o valor da venda, entendendo-se que o Adjudicatário se inteirou devidamente, antes da apresentação da proposta, das condições em que se encontrava a embarcação referida em 3.1.

4. PRAZO PARA REMOÇÃO

- 4.1 A remoção da embarcação do local em que se encontra parqueada para o exterior do Porto da Figueira da Foz será efetuada no prazo máximo de 45 dias contados da data da comunicação da adjudicação.
- 4.2 Findo tal prazo, os bens não removidos serão sujeitos ao pagamento de uma penalidade mensal de €500,00 (quinhentos euros), por cada mês de permanência do bem no Porto da Figueira da Foz.

5. TRABALHOS A EXECUTAR

- 5.1 O adjudicatário é responsável por remover a embarcação do local onde se encontra, no prazo de 45 dias a contar da data da adjudicação e não terá direito a qualquer indemnização ou restituição se, por motivos não imputáveis à APFF, S.A., não efetuar a remoção no prazo estabelecido.
- 5.2 O adjudicatário não poderá executar qualquer trabalho, operação ou atividade, incluindo o desmantelamento e/ou transporte da embarcação, sem prévia autorização da APFF, S.A. e/ou da entidade competente para o respetivo licenciamento ou autorização.
- 5.3 Até à retirada da embarcação do local em que se encontra atracada, o adjudicatário será responsável pelos trabalhos que execute ou mande executar a terceiros, obrigando-se a assegurar, em cada momento, a correta execução dos mesmos e a segurança de pessoas e bens.
- 5.4 A remoção da embarcação do local onde se encontra parqueada só deverá ser efetuada no horário de trabalho do Porto da Figueira da Foz e não poderá colidir com outros trabalhos que estejam a ser executados nas instalações portuárias, nem provocar danos ou colocar terceiros em perigo.
- 5.5 Todo o pessoal envolvido na remoção do bem estará sujeito às normas e regulamentos em vigor na APFF, S.A., e apresentar-se-á com vestuário e equipamentos de proteção adequados ao serviço a executar.

6. FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes da venda fica estipulada a competência da Comarca de Coimbra.

7. CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

8. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1 O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

8.2 Em tudo o omissso, aplicar-se-á o Código Civil e demais legislação aplicável.

